

REGIONALISMO NORDESTINO: GILBERTO FREYRE E AS OSTRAS QUE DÃO PÉROLAS EM NORDESTE (1937)NORTHEAST REGIONALISM: GILBERTO FREYRE AND THE OYSTERS THAT MAKES PEARLS *IN NORDESTE* (1937)REGIONALISMO NORESTE: GILBERTO FREYRE Y LAS OSTRAS QUE DAN PERLAS EN EL *NORESTE* (1937)*Beatriz Ramos da Cruz*¹

Resumo: Este trabalho analisou o livro *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Brasil* (1937), de Gilberto Freyre, para compreender as características regionalistas presentes na obra. Para tal, realizou-se o recorte de pesquisa a partir das considerações do campo da História Regional, embasado principalmente por Neves (2002). Os conceitos de ideologia e poder simbólico direcionaram o trabalho, amparados pelas ideias de Althusser (1980) e Bourdieu (1989), respectivamente. A metodologia escolhida foi a utilização de elementos da análise do discurso aplicadas à análise historiográfica, com base em Pêcheux (1995). Além disso, os trabalhos de Mesquita (2018) e Albuquerque Júnior (2011) auxiliariam na contextualização do assunto trabalhado neste artigo.

Palavras-chave: Regionalismo; Gilberto Freyre; Nordeste.

Abstract: This article analyzed the book *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Brasil* (1937), by Gilberto Freyre, to understand the regionalists characteristics present in the book. To this end, were chosen considerations of the field of Regional History, mainly based on Neves (2002). The concepts of ideology and symbolic power guided the work, supported by the ideas of Althusser (1980) and Bourdieu (1989), respectively. The chosen methodology used elements of discourse analysis applied to the historiographical analysis, based on Pêcheux (1995). In addition, the researches of Mesquita (2018) and Albuquerque Júnior (2011) were highlighted in the contextualization of the subject in this article.

Keywords: Regionalism; Gilberto Freyre; Northeast.

Resumén: Este trabajo analizó el libro *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Brasil* (1937), de Gilberto Freyre, para comprender las características regionalistas presentes en la obra. Para eso, la investigación se baseo en las consideraciones del campo de la historia regional, basándose principalmente en Neves (2002). Los conceptos de ideología y poder simbólico guiaron el trabajo, apoyados en las ideas de Althusser (1980) y Bourdieu (1989), respectivamente. La metodología elegida fue el uso de elementos de análisis del discurso aplicados al análisis historiográfico, basado en Pêcheux (1995). Además, los trabajos de Mesquita (2018) y Albuquerque Júnior (2011) ayudarían a contextualizar el tema trabajado en este artículo.

Palabras clave: Regionalismo; Gilberto Freyre; Noreste.

¹ Licencianda em História PUC/PR - Bolsista PIBIC.

INTRODUÇÃO

Analisar o livro *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Brasil*², publicado em 1937, é uma tarefa multidisciplinar. O tom de manifesto ecológico que permeia a leitura do livro não é acidental, mas sim faz parte do interesse claro de observar o Nordeste a partir das lavouras de cana-de-açúcar (como demonstrado no título dado a cada capítulo da obra: A cana e a terra, A cana e a água, A cana e a mata, A cana e os animais, A cana e o homem, A cana e o homem - conclusão) e, mais especificamente, a partir das plantações em Pernambuco. Por conta disso, o livro é uma interface entre História, Sociologia, Geografia, Antropologia e manifesto ecológico.

Publicado a posteriori de alguns dos grandes clássicos do autor, como Casa-Grande e Senzala (1933) e Sobrados e Mucambos (1936), *Nordeste* (1937) apresenta as características do movimento regionalista que Gilberto Freyre encabeçou juntamente com outros intelectuais, pensando um Nordeste em contraponto a ideais e práticas modernistas que se difundiam no país, exemplificado pela Semana de Arte Moderna de 1922. O regionalismo nordestino buscou o resgate nostálgico de um Nordeste tradicional, fundador das raízes e tradições do Brasil.

Nordeste faz parte dessa nova significação para a região distante do centro do país no período, destoando da narrativa jornalística, por exemplo, que desde o século XIX associava a região ao banditismo, ao messianismo e a seca, elementos estes que seriam contrários a base constitutiva de uma nação (CLEMENTE, 2013) na percepção do sul do país no período analisado.³ É considerando essas dissidências narrativas que este artigo propõe-se responder quais são as características regionalistas presentes no livro *Nordeste* (1937), e de que forma essas características justificam uma aproximação entre o autor do livro e os ideais de governo de Getúlio Vargas. Para tal questão, serão considerados os elementos do contexto de surgimento do regionalismo nordestino encabeçado por Gilberto Freyre e a transformação da

² Para uma melhor fluidez do texto, após essa primeira menção ao livro analisado, a obra será referenciada apenas pelo seu título ao longo do artigo.

³ É importante ressaltar que a divisão regional nos anos de 1930-1945, recorte dessa pesquisa, não existia tal qual como conhecemos hoje. Segundo Albuquerque Júnior (2011) já nos anos de 1920 o Nordeste estava instituído, não com relação à sua delimitação geográfica, mas sim na perspectiva de contraste com o Sul. Ao longo do artigo, diversas serão as vezes em que o Nordeste será comparado ao Sul, significando o contraste entre a delimitação regional do período analisado (Sul e Norte), com especial enfoque nos estados litorâneos do atual Nordeste. Era comum a referência ao Nordeste como Norte, e, a título de evitar qualquer engano, nesse artigo só será utilizado a palavra Norte em caso de citações ou para abordar a generalização do espaço regional no período.

percepção do regionalismo, de que modo esse movimento veio a fazer parte da elaboração da identidade nacional e a atender determinados interesses econômicos, culturais e sociais nos anos de 1930 a 1945.

GILBERTO FREYRE E O SEU PROJETO REGIONAL

A modernização institucional e administrativa do Brasil nos anos de 1930-1945 estava conectada a uma mudança na compreensão dos conceitos de região e identidade. Essa conexão não ocorreu por acaso, e é nesse processo que Gilberto Freyre contribuiu para a reelaboração do significado de região, levando em consideração dois problemas pertinentes ao regionalismo que, segundo Mesquita (2018), eram externados e resumidos em duas problemáticas principais: conceitual e estrutural.

Antes de adentrar, entretanto, às duas questões levantadas, é preciso compreender a relação do sociólogo com a Era Vargas. Entre conflitos e concordâncias, Freyre enxergou nos projetos políticos centralizadores de Vargas uma oportunidade para os seus interesses, o que não reduziu as ambiguidades no relacionamento entre o pensador e o governante citado.

Na conjuntura anterior ao Golpe de Estado de 1937, durante o período compreendido entre outubro de 1930 e novembro de 1937, a relação de Gilberto Freyre com o grupo dissidente e revolucionário que buscava se confirmar no comando do poder ficou marcada por atritos decorrentes do uso sistemático da violência por esse grupo, o que implicou profundos cerceamentos à liberdade de pensamento do sociólogo. No momento em questão, Gilberto Freyre estava impedido de pensar e agir livremente de acordo com o ideário que considerasse adequado para as transformações em curso no Brasil. Os casos reveladores dessa primeira situação são: sua prisão no Recife, em 1935, pelo dispositivo da Lei de Segurança Nacional; sua experiência docente na Universidade do Distrito Federal (UDF), entre 1935 e 1937, interrompida com o banimento do Club (ou Laboratório) de Sociologia sob sua direção; e o respectivo fechamento da Universidade pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com quem celebraria diversos acordos político-culturais e de ordem suprapartidária apenas poucos meses depois desses acontecimentos (MESQUITA, 2013, p. 208).

Esses conflitos, entretanto, não significaram um embate entre o projeto regionalista de Freyre e o debate sobre a identidade nacional presente na Era Vargas, sendo as razões desse fato compreendidas ao olharmos para a década anterior. A passagem para a república não desconfigurou as lideranças locais e a cultura oligárquica, não houve uma ruptura na organização institucional do Brasil (Mesquita, 2018).

O modelo de governo da República, até então, pautava-se em uma ideia de modernização excludente das camadas populares na medida em que estas ainda eram em sua maioria analfabetas, sem direito de participação política, com a liberdade jurídica distante da

realidade (SCHWARCZ, 2012). Os grupos oligárquicos ainda eram muito influentes, motivo pelo qual vários intelectuais, como Oliveira Vianna criticavam duramente a organização política descentralizada e liberalizante do país. Segundo Mesquita (2018), “a unidade dessas críticas estava centrada na vigência do regime federativo, bem como nos fenômenos congêneres que dele resultaram, quais sejam, o estadualismo, o coronelismo e o oligarquismo”. Ou seja, para os defensores da modernização no Brasil, como Oliveira Vianna, o governo deveria se organizar de maneira vertical e autoritária (CASTILHO, 2010).

Esse grupo de intelectuais faz parte de um movimento mais amplo.

“Nos anos 1920, uma nova ideologia emergiu no país ligada ao pensamento político autoritário, cuja formação resultou da situação do descompasso entre a ordem liberal e os ideais de sociedade moderna existentes com expectativa de futuro desde o início do século XX” (MESQUITA, 2018, p. 29).

Estes passaram a associar o regionalismo às oligarquias estaduais, sob prática legalizada e liberal (MESQUITA, 2018), imagem a qual o regionalismo encabeçado por Gilberto Freyre buscou transformar. A contraposição era entre um regionalismo responsável pelo atraso do país e um movimento que propunha uma renovação para o Brasil.

É nesse contexto que Freyre, consciente dos embates e significados em torno do regionalismo, encabeçou um movimento de mudança lexical e prática do movimento regionalista.

Percebe-se, então, que desde a década de 1920 existia uma emergência por um processo de ressignificação espacial, uma disputa discursiva que buscou atender projetos ideológicos antagônicos, como, por exemplo, os tradicionais, modernizantes, entre outros. Segundo Albuquerque Júnior (2011, p.60), “o espaço perdia cada vez mais a sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem.”.

Não há um elemento modernizador no regionalismo proposto por Gilberto Freyre. Sua materialização ideológica (ALTHUSSER, 1980) ocorre através da ressignificação e de elementos distantes de uma realidade industrializada ou de valores liberais, por exemplo, apesar das ambiguidades comportamentais do autor. Se as visões de Brasil são tão diferentes, por que há um encontro entre os projetos? A resposta é complexa. A flexibilidade do pensador existia na medida em que seu projeto de país foi posto em prática nas negociações em torno da formulação de Brasil do movimento regionalista, expressa, por exemplo, pela ideia de democracia racial. Essa relação implicou interesses não só de Freyre, mas de diversas pautas ligadas à economia canavieira de Pernambuco.

Sendo assim, a mudança conceitual do que é região e seus trabalhos em torno do que é o Brasil e o brasileiro, apresentavam um país que na miscigenação obtinha seu ponto forte. Suas ideias, entretanto, não estavam desconectadas de seu contexto. É preciso lembrar que o movimento regionalista nasceu no centro de uma discussão mundial forte em torno do eugenismo e de um crescente olhar negativo ao hibridismo. Dentro do próprio país, a discussão entre Norte e Sul relegava ao primeiro o título de problemático, enquanto o Sul, seria o local de progresso e desenvolvimento.

No livro *Nordeste* (1937), Freyre pouco fixou-se nas questões específicas do Sul e sua industrialização, entretanto, assim como em suas obras anteriores, apresentou as questões relativas à perda de representatividade da classe açucareira como questões nacionais (MOTA, 1980), e foi também por esse fator que o autor não excluiu de maneira clara a existência de uma afeição ao eugenismo, muito utilizado como fator de demérito à região Nordeste, mas ele repensou a diversidade do país de forma a atribuir à sua miscigenação e às relações existentes nos engenhos, tanto no período colonial quanto nos períodos posteriores, uma característica positiva. Bourdieu (1989) demonstra o papel dos intelectuais na determinação (e imposição, de certa forma) do que é simbólico, e é exatamente o que o movimento regionalista se propôs a realizar. Isso também apareceu na forma com que Freyre olhou para o espaço físico do Nordeste, trazendo os estereótipos como parte de uma tradição e, por conta disso, tão formador e importante para o Brasil quanto as exaltações do progresso da região Sul.

E é nesse contexto que o conceito de região foi ressignificado. Não cabe aqui uma análise sintática da palavra e suas mudanças, mas sim compreender como o seu significado foi apreendido pelo movimento regionalista e usado a favor do grupo, em especial por Freyre, para dar sentido ao seu projeto de Brasil. Desde *Casa-grande & Senzala* o autor mapeou as regiões do país a partir de uma classificação de áreas de cultura e seus símbolos (Mesquita, 2018). Essa discussão, entretanto, era pertinente às intenções varguistas, visto que, principalmente no Estado Novo, houve transformações das relações políticas entre os âmbitos estadual e federal na busca da construção de um governo nacional para o Brasil (SKIDMORE, 2010). Porém, o nacional se estendia além da política e adentrava o campo da cultura e da consolidação de uma identidade nacional, e encontrou no regionalismo de Gilberto Freyre um aliado perfeito para a materialização do seu componente ideológico.

Se a ideologia existe a partir de um aparelho e de suas práticas (ALTHUSSER, 1980), o Estado Novo apropriou-se dos novos elementos sociais, antropológicos e culturais como parte da sua materialização ideológica. Uma “via de mão dupla” para ambos os lados.

O sentido estrutural do projeto regional estava conectado a posição da elite açucareira do Nordeste em relação aos produtores agrícolas do Sul, em especial de São Paulo e Minas Gerais. O açúcar já não estava entre os destaques econômicos do Brasil desde antes da Proclamação da República, e os processos de modernização e industrialização do país no final do século XIX e início do século XX, criaram relações entre os proprietários de usinas sucroalcooleiras e fornecedores da cana-de-açúcar (MESQUITA, 2018), além do despontamento das elites paulista e mineira, vinculadas ao café. Há ainda fatores externos ao Brasil, como a queda na exportação no pós-guerra e a reconfiguração do mercado internacional da cana-de-açúcar.

Não cabe a este trabalho a análise acerca da evolução da produção e exportação da cana-de-açúcar, mas é necessário compreender como sua perda de protagonismo econômico interno está relacionada ao debate proposto por Freyre em *Nordeste* e às buscas do reestabelecimento do papel social da classe de produtores açucareiros, conectada aos engenhos coloniais. Segundo Mesquita (2018, p. 68):

A crise do setor açucareiro nordestino remonta à centralização política do Império, com a construção da autoridade nacional, em que a relação política entre poderes locais e poder central foi estruturada.

É também durante o período imperial que a imagem do Nordeste como um espaço da seca e das dificuldades começou a se configurar. O olhar do país, que chegava majoritariamente pela imprensa, era sempre povoado por acontecimentos de uma região atrasada. Como demonstrado por Villa (2001), o Nordeste passou por diversas secas ao longo do século XIX e, nos anos de 1880, não possuía grande expressão nos debates acerca da futura República.

Enquanto no Sul o debate político centrava-se na defesa ou no ataque ao abolicionismo, ao federalismo, à monarquia ou à república, o Nordeste lentamente tentava recompor a base econômica destruída pela seca de 1877-1879, com uma população sensivelmente destruída, parte dela doente, e sem um projeto econômico político para a região (VILLA, 2001, p.85).

Não é estranho que o Nordeste tenha sido estigmatizado. E economicamente essa imagem não deixou de ser impactada, apesar de ser simplista a consideração deste fato como único responsável pela situação econômica da cana-de-açúcar ao longo dos séculos XIX e XX. Foi uma construção de décadas entre questões econômicas, políticas e sociais, acerca do cenário nordestino.

Freyre observou no Nordeste da cana-de-açúcar a possibilidade de afirmação da identidade de sua região, além de uma alternativa para a resolução de problemas entre os produtores de açúcar nordestinos (fornecedores e usineiros) e a oportunidade de reestabelecimento dos latifundiários. Ao nos voltarmos para o cenário político dos anos 1920-1930, a possibilidade de uma agenda política que combatesse os interesses regionais passou a interessar aos produtores de cana-de-açúcar e usineiros, de forma a competir com a produção de açúcar em São Paulo, por exemplo. Além disso, a crise interna da economia açucareira encontrou nas estruturas políticas do golpe de 1930 uma oportunidade de organização contra a hegemonia e dominação de interesses na política e economia dos estados do Sul (MESQUITA, 2018). Os conflitos entre Getúlio Vargas e a oligarquia paulista ofereceram a possibilidade de reestabelecimento das elites do açúcar e de colocar em pauta rumos distintos para a economia açucareira, tanto no aspecto dos conflitos entre fornecedores e usineiros (principalmente em torno do preço pago pela cana-de-açúcar), quanto na recolocação da produção nordestina no mercado interno.

Dentro desse contexto, Gilberto Freyre produziu uma análise sociológica em *Nordeste* (1937) que abrangia grande parte das questões econômicas da produção de açúcar na região. Sua crítica ancorada no tradicionalismo do Nordeste o posicionou contra a ascensão dos usineiros, e demonstrou que, no livro citado, Freyre escreveu um projeto para a resolução das tensões econômicas e políticas que estavam ocorrendo em torno do mercado da cana-de-açúcar.

NORDESTE (1937) – AS OSTRAS QUE DÃO PÉROLAS

O livro *Nordeste* foi publicado em 1937, pouco tempo após *Casa-Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). *Nordeste* possui um tom de preocupação sobre o futuro ecológico da região, sobre a relação das plantações de cana-de-açúcar com as matas, com os animais, com os rios e com os homens.

Para compreender os elementos regionalistas do livro, foi realizada uma análise do discurso e a partir destes elementos textuais aplicada a pesquisa historiográfica, elaborada a partir das principais questões em torno do contexto do autor e publicação do livro, considerando que o regionalismo foi um eixo ideológico unificador de um determinado grupo (grupo interessado no reestabelecimento do Nordeste como representante da tradição, identidade e economia brasileira), que o elaborou como forma de reivindicação de um espaço

em crise. Sendo assim, três aspectos principais foram elencados para a análise da fonte: Cultural (Elementos da história do país utilizados na elaboração do regionalismo. Práticas e ações cotidianas características do espaço e ressignificação de visões do século anterior), Econômico (Menções às transformações de modernização do país, comparação entre os produtores de açúcar e outras classes produtoras no país) e político (Confrontação com teses centralizadoras, modernismos e diálogos com a transformação política dos anos de 1930-1940).

A análise discursiva procurou compreender principalmente o papel do regionalismo como ideologia e como aliado de determinado grupo político que buscava se reestabelecer no poder, não realizando a análise somente do que está posto enquanto escrito no livro *Nordeste*. Pêcheux (1995) demonstra que o sentido de uma palavra, expressão ou frase existe enquanto posicionamento ideológico e não por si mesmo. Há também o elemento de quem as enuncia, ou seja, o contexto de quem as escreve ou vocaliza altera os significados das sentenças, o que o autor chama de formações ideológicas. Sendo assim, as formações ideológicas geram uma formação discursiva que determinam o que pode ou não ser dito (PÊCHEUX, 1995).

Logo no prefácio da primeira edição conseguimos perceber que Gilberto Freyre estava consciente dos conflitos econômicos enfrentados pela indústria da cana (de produtores à usineiros).

Entre nós, essa cultura por extensão se tem feito à grande e em prejuízo dos interesses gerais da região. Em Pernambuco ela ocupa três quartos da zona chamada da “mata”: a mais fértil do Estado. Não se dá atenção à semente. Quase não se liga importância às doenças da cana. Excetuadas algumas usinas modernas, nas outras e nos engenhos só se extrai da cana 6,7 e 8% de açúcar. E é bem expressivo o seguinte fato: nos últimos cinquenta ou sessenta anos construíram-se no Estado 2000 quilômetros de estradas de ferro de usinas, sem que as vantagens de lucro tenham compensado despesa tão grande. Aqui como em Cuba, a indústria do Açúcar quase só tem feito crescer “territorialmente”, ao mesmo tempo que o homem vem sendo diminuído por ela, que as águas vêm sendo degradadas pelas usinas, as matas devastadas pelo sistema monocultor (FREYRE, 2004, p. 42).

Pode-se observar claramente o elemento econômico do processo de modernização e industrialização, especialmente na produção do açúcar. Ao citar a extensão da ocupação das plantações o autor ressalta a importância da cana naquele espaço em comparação a outros locais do Estado, contrastando região litorânea e sertão. Os locais afastados do litoral eram associados à seca e a problemas sociais (em detrimento das estiagens ocorridas ao longo do século XIX), e essa concepção foi difundida pela imprensa do período (CLEMENTE, 2013). Por conta disso, é compreensível ele ressaltar a região do litoral como a mais fértil do Estado, pois delimitar territorialidades e fronteiras, e atribuir determinadas características aos que

ocupam esse local (pessoas, geografia, animais, entre outros) é também atribuir uma identidade (CLEMENTE, 2013), e foi o que Freyre buscou fazer.

Ao demonstrar a quase equidade entre a produção do açúcar nos engenhos e nas usinas, questionou o propósito de uma modernização que formava uma nova classe burguesa em torno dos usineiros enquanto vulnerabilizava economicamente os fornecedores da cana, e, ao longo do livro, recebeu o auxílio de argumentos como a poluição dos rios, dos mares e a morte de animais da fauna e da flora do local. Há um elemento interessante, entretanto, que é a crítica ao sistema monocultor. Se ele está demonstrando que o moderno não funciona, não seria oportuno exaltar o sistema monocultor tradicional? Segundo Mesquita (2018), o componente ecológico do projeto regionalista está diretamente relacionado a uma visão de futuro e, principalmente a incentivar o estabelecimento das classes produtoras da cana-de-açúcar. Na medida em que o regionalismo extrapolou a esfera intelectual e passou a interessar ao governo vigente como parte de um plano para legitimação de uma identidade nacional, colocou-se em prática o conceito de ideologia em Althusser (1980), pois o regionalismo passou a ser uma prática discursiva materializada no aparelho ideológico do Estado enquanto suporte às intenções desse mesmo. Além disso, o movimento regionalista não buscou mudar completamente a imagem da região, mas sim ressignificá-la a partir de elementos do passado.

Elementos como a consciência e o pensamento não são neutros, são formados socialmente, possuem ideologias e influenciam nos discursos e práticas (PÊCHEUX, 1995). No caso dos grupos dominantes, políticos e econômicos, a ideologia se apresenta como instrumento e direcionamento político e, no caso do regionalismo, o reestabelecimento de um imaginário para reinstalação de determinada realidade. E, ao reformular o conceito de regionalismo que anteriormente estava conectado ao poder oligárquico da chamada República Velha, Gilberto Freyre construiu uma nova narrativa para a elite açucareira (MESQUITA, 2018), ancorando as suas ideias nas práticas sociais locais do Nordeste que ele delimitou.

O sistema de latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de “emendar” os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império; seu espírito, aquele militar, a que já se fez referência. O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca falem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar. Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens e não ao serviço da gente da região. Quando muito, ao serviço de uma minoria insignificante. Mas nem isto. O usineiro é, em geral, ele próprio um deformado pelo império do açúcar (FREYRE, 2004, p. 87).

O trecho retirado do capítulo intitulado “A cana e a mata” demonstra novamente a crítica às usinas de açúcar, à modernização e da associação negativa desses dois elementos.

Freyre fez uma crítica aos interesses dos usineiros e associou as práticas desse grupo a “ânsia” e a uma tentativa de “dominar imperialmente”. Não por acaso, o período imperial foi complexo para a região Nordeste e, para aproximar-se da civilização próspera do açúcar no passado colonial, era necessário afastar-se da época do Império, período no qual o Nordeste passou por grandes secas, além de ter sido o momento em que houve o início da circulação das ideias liberais no Brasil (MESQUITA, 2018), ideias estas que estavam conectadas aos problemas que Freyre buscava destacar. “Não há, portanto, no argumento do autor qualquer referência aos valores de igualdade, justiça e dignidade quando da condenação da usina; os valores que guiam a censura ao usineiro são o privatismo e o personalismo tão caros ao mundo da casa” (SANTOS, 2010, p.21). O elemento antiliberal é importante para entender *Nordeste*. Seu lançamento ocorreu em 1937, mesmo ano da instauração do Estado Novo, e, segundo Mesquita (2018, p. 66), “muito provavelmente Freyre aproveitou o intervencionismo antiliberal dominante na conjuntura para reivindicar a solução dos problemas relativos à economia canavieira”.

Por baixo dessa civilização aristocrática e volutuosa da seda, de rubis, de azulejo, de latim, de versos, de cama e jacarandá, de cadeira de balança, de mulher bonita, de cavalo de raça, de licor de caju, de doce fino, deixou-se secar tanta fonte de vida que era natural que a exploração da cana-de-açúcar fosse o que foi neste trecho do Brasil: uma fase, em certo sentido, criadora e sob vários aspectos brilhantíssima; mas tão separada em certos elementos da natureza regional e tão artificial em algumas de suas condições de vida, que apodreceu ainda verde: sem amadurecer direito. (FREYRE, 2004, p. 90) [...] Pode-se atribuir à monocultura da cana a formação - pela sedentariedade, pela endogamia profunda, pela especialização regional e condições de vida, de habitação e de dieta, e ainda, pelas restrições sociais à seleção sexual entre a gente das casas-grandes - do tipo mais puro de aristocrata brasileiro: o senhor do engenho. Principalmente o senhor de engenho pernambucano, misto de “baiano” de cidade e de gaúcho. Também a formação, menos pela sedentariedade e pela endogamia que pela especialização regional de condições de vida, de trabalho e de alimentação, de um tipo rural de homem do povo, caracteristicamente brasileiro. Para esse tipo concorreram diferentes figuras, hoje quase desconhecidas na sua pureza, do antigo sistema agrário e patriarcal: o cabra do engenho, o moleque da bagaceira, o capanga (de ordinário caboclo ou mulato), o mulato vadio caçador de passarinho, o malungo, o pajem, o branco pobre, o “amarelo” livre, a mãe-preta, a mucama, o negro velho, o curandeiro, o caboclo conhecedor da mata e dos seus bichos, ama-de-leite tapuia ou negra, a “cabra-mulher” (FREYRE, 2004, p. 121).

Estes trechos são importantes pois se relacionam diretamente com ideias encontradas na obra *Casa-Grande e Senzala*, o grande marco do regionalismo. A obra propôs uma ressignificação no conceito de região, além de apresentar o hibridismo da formação da sociedade brasileira como uma característica positiva da civilização brasileira (MESQUITA, 2018). Apesar da diversidade de questionamentos que podem ser realizados sobre o livro, o

que importa no contexto dessa pesquisa é compreender de que forma essa obra conectou o regionalismo à Era Vargas.

Freyre demonstrou, em *Casa-Grande e Senzala*, que a miscigenação brasileira seria um elemento chave na identidade do país, sendo o reconhecimento e valorização desse aspecto como algo vantajoso ao Brasil (MESQUITA, 2018). Apesar das diferenças de projetos políticos, Freyre e Vargas encontraram em *Casa-Grande e Senzala* um importante elemento de congruência, um marco na construção de uma identidade brasileira e descolamento da noção de região e regionalismo a um passado da Primeira República.

Não por acaso o sociólogo forneceu a explicação sincrônica sobre o sentido da formação nacional por meio da regionalização da sociedade em seus quadrantes cultural e geográfico. Aproveitou a situação revolucionária para demonstrar que o regionalismo nordestino não fazia apologia a experiência separatista da Primeira República, que, após 1930, passou a ser chamada de “velha” e representada como uma “ruína”. Ele, ademais, atestou que o movimento intelectual estava se consolidando como revitalizador das tradições regionais e fomentador da integração nacional, rejeitando o significado de sectarismo político para a construção do Estado nacional moderno (MESQUITA, 2018, p. 49).

Sendo assim, os trechos não apenas fazem menção as ideias do livro *Casa-Grande e Senzala*, mas também registram a consolidação da principal ideia do regionalismo e seu diálogo, nem sempre estável, com o governo de Getúlio Vargas, sendo importante ao projeto varguista de construção de uma ideologia pautada na integração brasileira e um sentido à Revolução de 30 (MESQUITA, 2018). Além disso, como demonstrado por Mota (1974, p. 73) “num plano não apenas episódico, a persistência de convites a Freyre para cargos em aparelhos de Estado parece reforçar o peso e o significado dessa ideologia, elemento componente de um sistema de relações de dominação”. Ou seja, o regionalismo passou a compor o que Althusser (1980) chamou de aparelhos ideológicos do Estado, “fornecendo” seu discurso para o projeto de unificação nacional e construção da identidade brasileira em troca de ações que favoreciam a classe produtora de açúcar no Nordeste.

Havia também a relação entre os fornecedores de cana-de-açúcar e os usineiros sucroalcooleiros. A conexão com o passado também derivou da intenção de reestabelecimento da estrutura de poder econômico da classe agroexportadora de açúcar, que viu os usineiros se sobressaírem, em decorrência das novas tecnologias do setor, comparados aos engenhos, e do crescente apoio à nova classe burguesa formada a partir da modernização da indústria da cana (MESQUITA, 2018). Posteriormente, a obra de Gilberto Freyre possibilitou uma tentativa de conciliação entre ambas as classes do setor açucareiro expressada através do Estatuto da Lavoura Canavieira, em 1941.

Uma das questões na relação entre produtores e usineiro era o preço. O estatuto da Lavoura Canavieira foi promulgado para buscar resolver esse problema, e, entre outras coisas, especificou o valor pago sobre a cana vendida aos usineiros, propôs novas relações de mercado entre as duas classes e normas para os trabalhadores das indústrias e dos canaviais (MESQUITA, 2018). Barbosa Lima sobrinho (presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool entre 1938 e 1945) e Vicente Chermont de Miranda (jurista) elaboraram o Estatuto, sendo o primeiro amigo de Freyre.

Pode-se dizer que *Nordeste* se tornou um importante manifesto em prol da classe produtora de açúcar, pois, na medida em que Freyre transformou os problemas dos produtores de cana-de-açúcar pauta do seu livro expôs a delicada situação derivada, dentro da perspectiva do autor, de um processo de modernização. O Estatuto é representante do alcance das ideias de Freyre e a rápida resposta do autor, consciente de sua influência intelectual e rede de relações pessoais, é a confirmação de que havia um projeto nas linhas de *Nordeste*.

Levando-se a vista dos pobres canaviais do Nordeste patriarcal para as oliveiras de certa terra clássica do sul da Europa, há de ver-se que também a civilização grega foi uma civilização mórbida segundo os padrões de saúde social em vigor entre os modernos. Civilização escravocrática. Civilização pagã. Civilização monossexual. E, entretanto, estranhamente criadora de valores, pelo menos políticos, intelectuais e estéticos. Muito mais criadora desses valores do que as civilizações mais saudáveis que ainda se utilizam da herança grega. Junto dela, com efeito, a bem equilibrada civilização dos modernos escandinavos empalidece e se apresenta tão estéril e tristonha como se não tivesse senão mãos e pés de gigante. Abaixo da grega, outras civilizações parecem que têm reproduzido, em termos maciços, o caso estranho dos gênios individuais, tanto deles como as ostras: doentes é que dão pérolas. A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais (FREYRE, 2004, P. 194-195).

Os últimos três parágrafos do livro são simbólicos, pois Freyre compara a civilização nordestina à civilização grega. Cunhar de “civilização” já atribui um peso diferente, demonstrando a importância que o autor procurou dar ao espaço que estava delimitando. Comparar com a Grécia Clássica pode ser interpretado como uma atribuição ao Nordeste do valor base de todo o Brasil, assim como a grega foi para o mundo. É perceptível que ele reconhece os problemas, as diferenças e um certo desequilíbrio, mas conecta esses elementos a uma “graça”, notável ao citar as civilizações escandinavas como “bem equilibrada, mas tristonha”. Esse destaque também demonstra que não havia uma tentativa de reestruturação, nos escritos do autor em *Nordeste*, da imagem da região. Ou seja, ele não estava buscando

“apagar” a imagem do Nordeste da seca e do banditismo construído no Sul do país, mas sim reforçar um posicionamento de espaço de tradição independentemente das suas mazelas, assim como demonstrado por Albuquerque Júnior (2011).

As ostras só produzem pérolas a partir da entrada de um corpo estranho no seu interior. É o imperfeito que produz a preciosidade e assim é o olhar de Freyre para o Nordeste.

Outro elemento importante é o reconhecimento de outras regiões do país: a pastoril, as minas, a do café. E, assim como comparou a civilização grega com a escandinava, comparou as outras regiões do Brasil ao Nordeste, o que demonstrou que Freyre estava ciente do contexto econômico e político que país se encontrava no período. As outras regiões poderiam até se apresentar como modernas e com alto desenvolvimento econômico, mas se havia um local que representava o país esse espaço estava no Nordeste, pois, na perspectiva do autor, foi nesse local que se criaram os valores base para a formação da identidade brasileira. O elemento cultural justifica o econômico, o político e o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *Nordeste* (1937) está conectado às obras anteriores de Gilberto Freyre, como *Manifesto Regionalista* (1926), *Casa-Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Em suas páginas, o livro conectou-se ao regionalismo comparando o seu contexto aos séculos passados, em especial ao período colonial brasileiro. Na concepção do autor, foi na sociedade patriarcal, rural e de alto ganho econômico dos senhores dos engenhos de açúcar que o Brasil se fez país e desenvolveu as tradições genuinamente brasileiras.

Freyre observou que a modernização, o desenvolvimento de uma burguesia industrial a partir do destaque econômico dos usineiros e o destaque dos cafeicultores do sudeste relegou aos produtores de açúcar, descendentes dos engenhos de benguelê, uma decadência econômica e social. É por conta disso que nas páginas de *Nordeste* as memórias de um passado de integração entre homem, animais, água, mata, terra e cana estão conectadas à base do que era o Brasil para o autor. Não obstante, o regionalismo de Gilberto Freyre procurou negociar o foco do governo vigente no país a partir 1930 em busca de benefícios para os produtores de açúcar.

Entretanto, *Nordeste* e Gilberto Freyre não devem ser categorizados apenas como “objetos políticos”. É compreensível que, dentro do seu contexto, o autor procurou dar voz ao seu espaço e interesses, pois sabia o alcance de sua imagem e do seu discurso. Não cabe aqui

a compreensão dos sentimentos de Freyre sobre a região, mas pelas páginas de *Nordeste* percebe-se uma relação de afeto com esse espaço. Cabe a nós a dosagem e a criticidade ao autor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5^o. ed. São Paulo: Cortez, 2011, 376p.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. 1^o ed. Lisboa: Editora Presença, 1980, 121p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1. ed. Lisboa: Difusão Editorial, 1989 315p.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul-dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/13802>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. TERRA IGNOTA: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste Brasileiro na primeira metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 10, n. 15, p. 100-121, 2013. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/257. Acesso em: 15 mar. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Brasil. 7. ed.. São Paulo: Global, 2004

MESQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o Estado Novo**: região, nação e modernidade. 1. ed.. São Paulo: Global, 2018, 239p.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e local**: Fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade. 1. ed. Salvador: Arcádia, 2002, 124 p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed.. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1995. 317p.

SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos dos. “**Das ostras que dão pérolas**”: Ecologia e política em “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre. Juiz de Fora: CS Online Revista Eletrônica de C. Sociais, 2010. Ano 4, ed. 9, p.11-30. Disponível em: https://www.academia.edu/7384247/_Das_ostras_que_d%C3%A3o_p%C3%A9rolas_Ecologia_e_Pol%C3%ADtica_em_Nordeste_1937_de_Gilberto_Freyre. Acesso em: 15 mar. 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. População e sociedade. IN: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. 1. ed. São Paulo: Objetiva, 2012. 320p.

SKIDMORE, Thomas. A Era Vargas: 1930-45. IN: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 496p.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX E XX. 1ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2001, 269 p.